

2025 DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS

31/12/2025

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 24.706.364/0001-50

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Relatório da Administração

É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Contábeis da SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A empresa foi fundada em 2016, com sede em São José dos Pinhais, Paraná, e tem como objetivo o comércio e agenciamento de automóveis e peças da marca Mercedes-Benz, além de oferecer serviços de assistência técnica e vender veículos novos e usados. Atuando também nos estados de Paraná, Santa Catarina e São Paulo e Espírito Santo.

No decorrer do ano de 2025, a SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS registrou receita líquida de R\$ 1,7 bilhões, evidenciando o volume de operações realizadas no período.

Em 2025, a Companhia registrou redução no EBITDA em relação a 2024, refletindo menor geração operacional no período. Em contrapartida, houve significativa redução do endividamento total, mantendo a dívida líquida negativa e um nível de alavancagem confortável, o que demonstra solidez na estrutura financeira.

À medida que nos dirigimos ao ano de 2026, a Companhia está confiante em suas perspectivas de crescimento contínuo. Continuaremos a investir em inovação, expansão e excelência operacional, mantendo nosso compromisso com a satisfação do cliente, a qualidade dos produtos e serviços e a geração de valor para os acionistas.

A SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS agradece a confiança e o apoio de nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas, e está comprometida em continuar a ser uma referência no mercado em que atua, gerando resultados sólidos e sustentáveis.

A contribuição das diversas áreas do Grupo para os resultados e o patrimônio líquido pode ser melhor entendidos pelos quadros abaixo:

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS

EBITDA	SAVANA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	32.322	36.929	32.322	36.929
(+) Tributos sobre o lucro	14.652	18.443	15.579	19.159
(+/-) Resultado Financeiro	10.722	13.431	10.737	13.660
(+/-) Resultado de Participações Societárias	(2.077)	(1.344)	-	-
EBIT	55.619	67.459	58.638	69.748
(+) Depreciações/Amortizações	5.612	5.092	6.291	5.715
EBITDA	61.232	72.552	64.929	75.463
(+/-) Receitas/Despesas Não operacionais	5.522	7.106	5.348	7.379
EBITDA Ajustado	66.754	79.657	70.277	82.842
Endividamento Curto Prazo	97.825	52.527	97.825	52.527
Endividamento Longo Prazo	20.000	121.005	20.000	121.005
Instrumentos Financeiros	2.100	(4.704)	2.100	(4.704)
Endividamento Total	119.925	168.828	119.925	168.828
Caixa, equivalentes de caixa e fundo de capitalização	151.346	164.253	154.372	165.460
Dívida Líquida	(31.421)	4.575	(34.447)	3.368
Covenants (Dívida Líquida /Ebitda)	(0,47)	0,06	(0,49)	0,04

Por fim, a Companhia acredita que tem adotado medidas importantes e necessárias para que continue a prestar um excelente serviço aos clientes e parceiros, consolidando-se como referência no mercado em que atua, crescendo com rentabilidade, organização e segurança nas operações. Por isso, a Companhia acredita em um 2026 de resultados ainda melhores.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Savana Comércio de Veículos Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Savana Comércio de Veículos Ltda.** (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Savana Comércio de Veículos Ltda.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Savana Comércio de Veículos Ltda.**, e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CFC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 13 e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos tangíveis e intangíveis em montantes relevantes. A Diretoria da Empresa aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis e intangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC);
- O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade destes ativos;
- Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos;
- Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas;
- Avaliação das políticas contábeis e outras informações elucidativas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita - CPC 47

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresentou receitas líquidas nos montantes de R\$ 1.792.136 mil e R\$ 1.844.844 mil, individual e consolidado, respectivamente, as quais são provenientes das vendas de veículos, peças e pneus. O processo de reconhecimento das receitas está suportado pelos contratos firmados e notas fiscais de vendas e de prestação de serviços por parte dos responsáveis por sua elaboração. Em função da relevância dos valores envolvidos e, também, a complexidade do processo de mensuração e reconhecimento da receita no âmbito do IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Avaliamos e obtivemos entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho de controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração;

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados na Companhia:

- Testes sobre a efetividade dos controles internos utilizados pela Empresa relacionados a receita de vendas e de prestação de serviços;
- Entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Empresa e suas investidas no cálculo das receitas faturadas;
- Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto dos boletins de medição com as informações constantes dos contratos firmados, bem como da avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto;
- Avaliação das políticas contábeis e outras informações elucidativas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Diretoria da Empresa, para o reconhecimento de receitas, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a **Savana Comércio de Veículos Ltda.**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026.

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	67.438	82.462	70.464	83.669
Fundo de capitalização de concessionárias	7	83.908	81.791	83.908	81.791
Contas a receber	8	249.929	230.762	260.077	239.950
Estoques	9	150.205	220.219	157.618	228.527
Tributos a recuperar	10	80.093	80.400	80.274	80.493
Adiantamento a fornecedores	11	10.291	2.718	10.300	2.721
Créditos diversos e outros	11	1.925	2.116	2.060	2.179
Instrumentos financeiros derivativos	4,5	1.678	-	1.678	-
Contas a receber de partes relacionadas	12	2.022	870	1.832	845
		647.489	701.338	668.211	720.175
Não circulante					
Depósitos judiciais	20.1	158	198	158	198
Créditos diversos e outros	10	-	675	-	737
Instrumentos financeiros derivativos	4,5	-	6.030	-	6.030
Direito de Uso de Ativos	17 a)	18.007	18.069	18.122	18.280
		18.165	24.972	18.280	25.245
Investimento	13	19.099	17.021	-	-
Imobilizado líquido	14	11.997	12.446	13.395	14.414
Intangível líquido	15	3.967	11.419	3.968	11.421
		35.063	40.886	17.363	25.835
Total do ativo		700.717	767.196	703.854	771.255
Passivo e patrimônio líquido					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	101.603	53.853	101.603	53.853
Fornecedores	18	279.379	301.559	281.338	304.148
Obrigações trabalhistas e tributárias	19	11.540	15.380	12.424	16.096
Adiantamento de clientes e outras obrigações	20	22.098	31.592	22.442	32.287
Contas a pagar para partes relacionadas	12	2.484	4.392	2.294	4.116
Passivo de arrendamento	17 b)	2.213	1.990	2.352	2.094
		419.317	408.766	422.453	412.594
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	20.000	121.005	20.000	121.005
Provisão para demandas judiciais	21	199	546	199	644
Passivo de arrendamento	17 b)	17.204	16.792	17.205	16.925
		37.403	138.343	37.404	138.574
Patrimônio líquido					
Capital social	22	28.040	28.040	28.040	28.040
Reserva de retenção de lucros		27.373	27.373	27.373	27.373
Reservas de incentivos fiscais		17.592	17.592	17.592	17.592
Reserva Especial		170.992	148.214	170.992	148.214
Outros Resultados abrangentes		-	(1.132)	-	(1.132)
		243.997	220.087	243.997	220.087
Total do passivo e do patrimônio líquido		700.717	767.196	703.854	771.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional Líquida	23	1.792.136	1.729.373	1.844.844	1.773.385
Custo dos veículos vendidos e serviços prestados	24	(1.602.946)	(1.532.978)	(1.647.794)	(1.573.074)
Lucro operacional bruto		189.190	196.395	197.050	200.311
Administrativas, comerciais e gerais	25	(128.028)	(122.076)	(133.027)	(126.652)
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	(5.542)	(6.860)	(5.383)	(3.911)
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	2.077	1.344	-	-
Receitas (despesas) operacionais		(131.493)	(127.592)	(138.410)	(130.563)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		57.697	68.803	58.640	69.748
Despesas financeiras		(48.220)	(34.043)	(48.577)	(34.515)
Receitas financeiras		37.498	20.612	37.840	20.855
Resultado financeiro	27	(10.722)	(13.431)	(10.737)	(13.660)
Lucro antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição		46.975	55.372	47.903	56.088
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro	28	(14.652)	(18.443)	(15.580)	(19.159)
Lucro líquido do exercício		32.323	36.929	32.323	36.929
Lucro líquido atribuível a:					
Controladores		32.323	36.929	32.323	36.929
Não controladores		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	32.323	36.929	32.323	36.929
Outros resultados abrangentes com Hedge Fluxo de Caixa	1.132	(959)	1.132	(959)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	33.455	35.970	33.455	35.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros					Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva Especial	Reserva de incentivos fiscais	Lucro do Exercício		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.040	27.373	127.038	17.592	-	(173)	199.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.929	-	36.929
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(9.767)	-	(9.767)
Distribuição de lucros - não Controladores	-	-	-	-	(5.986)	-	(5.986)
Integralização de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	21.176	-	(21.176)	-	-
Outros resultados abrangentes com Hegde Fluxo de Caixa	-	-	-	-	-	(959)	(959)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.040	27.373	148.214	17.592	-	(1.132)	220.087
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.323	-	32.323
Distribuição de lucros	-	-	(5.918)	-	-	-	(5.918)
Distribuição de lucros - não Controladores	-	-	(3.627)	-	-	-	(3.627)
Constituição de reserva	-	-	32.323	-	(32.323)	-	-
Outros resultados abrangentes com Hegde Fluxo de Caixa	-	-	-	-	-	1.132	1.132
Saldos em 31 de dezembro de 2025	28.040	27.373	170.992	17.592	-	-	243.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	32.323	36.929	32.323	36.929
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa				
Depreciações	1.030	749	1.370	1.053
Amortizações	9.293	1.861	9.534	2.060
Custo líquido de ativos alienados	5.480	4.495	5.486	4.553
Equivalência patrimonial	(2.077)	(1.344)	-	-
Provisão para demandas judiciais	(347)	189	(445)	280
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	1.132	(960)	1.132	(960)
Lucro líquido ajustado	46.834	41.919	49.400	43.915
Aumento/ (redução) de ativos e passivos				
Contas a receber	(19.167)	5.208	(20.127)	4.813
Estoques	70.013	(13.155)	70.911	(14.266)
Tributos a recuperar	307	(16.123)	219	(16.109)
Créditos diversos e outros	866	256	856	294
Adiantamento a fornecedores	(7.573)	(653)	(7.579)	(635)
Fundo de capitalização de concessionárias	(2.117)	27.861	(2.117)	27.861
Instrumentos financeiros Derivativos	4.352	(6.030)	4.352	(6.030)
Contas a receber de partes relacionadas	(1.152)	(333)	(1.106)	(551)
Depósitos judiciais	40	70	40	70
Direito de Uso	62	(13.026)	158	(11.175)
Contas a pagar para partes relacionadas	(1.908)	1.578	(1.704)	1.602
Fornecedores	(22.180)	1.729	(22.810)	2.292
Obrigações trabalhistas e tributárias	(3.840)	3.398	(3.669)	3.464
Adiantamento de clientes e outras obrigações	(9.494)	18.501	(9.845)	18.680
Passivo de Arrendamento	635	13.318	534	11.456
Caixa líquido gerado provenientes das atividades operacionais	55.678	64.518	57.513	65.681
Fluxo de Caixa das Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(7.902)	(3.003)	(7.918)	(3.030)
Aquisição de intangível	-	7.263	-	7.265
Caixa líquido (consumido) gerado provenientes das atividades de investimentos	(7.902)	4.260	(7.918)	4.235
Fluxo de Caixa das Atividade de financiamentos				
Capitação/Pagamento de empréstimos	(53.255)	12.016	(53.255)	12.016
Distribuição de lucros	(9.545)	(15.753)	(9.545)	(15.753)
Caixa líquido (consumido) provenientes das atividades de financiamentos	(62.800)	(3.737)	(62.800)	(3.737)
(Redução) Aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa	(15.024)	65.041	(13.205)	66.179
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	82.462	17.421	83.699	17.490
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	67.438	82.462	70.494	83.669
(Redução) Aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa	(15.024)	65.041	(13.205)	66.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Empresa faz parte do Grupo Águia Branca, o qual possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo e comércio de veículos e peças. A atividade relacionada com a área de comércio de veículos e peças é desenvolvida pela Empresa em conjunto com outras empresas do Grupo.

Em 2025, foram realizadas a venda no total de 3.354 unidade de veículos novos, possuindo 495 funcionários no final de 2025.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Empresa em 30 de março de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritos a seguir.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2.2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Diretoria não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

2.2.2. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

2.2.3. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

c) Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Instrumentos Financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos financeiros incluem as operações de Swap, e são reconhecidos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Inicialmente, exceto pelas contas a receber que são reconhecidas ao seu preço de transação (conforme CPC 47), os instrumentos financeiros são mensurados ao seu valor justo e acrescidos, no caso de instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 47 está demonstrada na Nota 3.5 - Instrumentos financeiros por categoria.

2.2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.2.6. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Diretoria da Empresa como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.2.7. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.2.8. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Ano</u>
Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2.2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.11. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas do grupo para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 - Receita com contratos de clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar como e em que momento será reconhecida, bem como sua mensuração, desde que as receitas e custos possam ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir:

a) Venda de produtos:

As empresas do grupo beneficiam e vendem diversos produtos, tais como, veículos novos, usados e peças de reposição da marca Mercedes-Benz, venda de pneus novos da marca Michelin.

A Empresa adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

b) Venda de serviços:

As empresas do grupo realizam a prestação de serviços de assistência técnica automotiva da marca Mercedes-Benz e serviço de recapagem e montagem de pneus da marca Michelin.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2.3. Pronunciamentos novos e revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)**

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- a Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- a Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3. IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

3.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;
- Benefício a empregados;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Diretoria da Empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº7);
- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos (Nota explicativa nº 27).

No entendimento da Diretoria da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

3.2.1. Controladas

Controladas são todas as empresas cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Empresa e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Empresa controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.2.2. Perda de controle em controladas

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida na empresa é mensurada novamente ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Empresa tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A Empresa detém participação na seguinte empresa controlada:

100% de participação na Savana Pneus LTDA, empresa que comercializa Pneus Michelin Novos e também oferecem o serviço de Recapagem, na cidade São José dos Pinhás no estado do Paraná.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

4.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo comitê financeiro da empresa e aprovado pelo Conselho de Diretoria da Companhia.

A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo comitê financeiro da companhia e posteriormente submetida a Diretoria.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela alta Diretoria da Empresa, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Diretoria da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos as taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos as taxas fixas expõem a Empresa ao risco de valor justo associado a taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Empresa está atrelada a taxas prefixadas, a Diretoria entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa nº 22.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além das já constituídas (Nota Explicativa nº 7).

O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	67.438	82.462	70.464	83.669
Contas a receber (nota 7)	249.929	230.762	260.077	239.950

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

d) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Empresa, além do saldo exigido para Diretoria do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

CONTROLADORA					
31 de Dezembro de 2025					
Natureza	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	101.603	20.000	-	-	121.603
Fornecedores	279.379	-	-	-	279.379
	380.982	20.000	-	-	400.982

CONSOLIDADO					
31 de Dezembro de 2025					
Natureza	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	101.603	20.000	-	-	121.603
Fornecedores	281.338	-	-	-	281.338
	382.941	20.000	-	-	402.941

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir o nível de endividamento, por exemplo.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeiro. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumariados:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	121.603	174.858	121.603	174.858
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(67.438)	(82.462)	(70.464)	(83.669)
(-) Fundo de capitalização de Concessionárias	(83.908)	(81.791)	(83.908)	(81.791)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(1.678)	(6.030)	(1.678)	(6.030)
Dívida líquida	(31.421)	4.575	(34.447)	3.368
Patrimônio líquido	243.997	220.087	243.997	220.087
Patrimônio líquido e dívida líquida	212.576	224.662	209.550	223.455

4.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados nos mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direto (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), além dos preços cotados incluídos no Nível 1;
- **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

I. Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

a) Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

b) Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 15.

c) Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Empresa não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

d) Análise de sensibilidade

A Empresa realiza captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Empresa.

Considerando o cenário de juros no mercado interno, tendo a TLP como seu principal indexador, como base na taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2025, projetamos os seguintes cenários:

	CONTROLADORA			
	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	119.760	119.760	119.760	119.760
Taxa estimada provável	19,01% a.a		19,01% a.a	
Despesa financeira provável	-22.764		-22.764	
Taxa estimada considerando os cenários	17,11%	18,06%	22,81%	20,91%
Despesa financeira recalculada	-20.487	-21.626	-27.317	-25.040
Acréscimo/decréscimo na despesa	-2.276	-1.138	4.553	2.276

	CONSOLIDADO			
	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	119.760	119.760	119.760	119.760
Taxa estimada provável	19,01% a.a		19,01% a.a	
Despesa financeira provável	-22.764		-22.764	
Taxa estimada considerando os cenários	17,11%	18,06%	22,81%	20,91%
Despesa financeira recalculada	-20.487	-21.626	-27.317	-25.040
Acréscimo/decréscimo na despesa	-2.276	-1.138	4.553	2.276

4.5. Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de "swap" registradas pela companhia foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, visando eliminar a exposição à variação cambial e fixando sua atualização pelos índices do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de determinado percentual de "spread".

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

A composição das operações com derivativos em de 31 de dezembro de 2025, são conforme demonstrados a seguir:

CONTROLADORA									
Data									
Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Vencimento	Valor Ncional US\$ / €	Valor Ncional R\$	SWAP	Accrual
ITAU	USDV	5.95% a.a.	100.00% CDI + 1.46% a.a.	27/12/24	28/12/2026	3.288	20.000		(3.778)
SAFRA	USDV	6.16% a.a.	100.00% CDI + 2.30% a.a.	28/03/24	24/03/2026	4.021	20.000		1.678
Totais						7.309	40.000		(2.100)
Abertura dos derivativos									
Instrumentos Derivativos Ativos									1.678
Instrumentos Derivativos Passivos									(3.778)
									(2.100)

CONSOLIDADO									
Data									
Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Data	Valor Ncional US\$ / €	Valor Ncional R\$	SWAP	Accrual
ITAU	USDV	5.95% a.a.	100.00% CDI + 1.46% a.a.	27/12/24	28/12/2026	3.288	20.000		(3.778)
SAFRA	USDV	6.16% a.a.	100.00% CDI + 2.30% a.a.	28/03/24	24/03/2026	4.021	20.000		1.678
Totais						7.309	40.000		(2.100)
Abertura dos derivativos									
Instrumentos Derivativos Ativos									1.678
Instrumentos Derivativos Passivos									(3.778)
									(2.100)

5. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Diretoria da Empresa estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- **Taxa de amortização:** A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção;
- **Provisões:** A determinação de provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- **Impairment:** A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- **Valor justos de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Diretoria da Empresa com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	25	33	32	37
Bancos conta movimento	28	48	61	61
Aplicações financeiras	67.385	82.381	70.371	83.571
	67.438	82.462	70.464	83.669

(*) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), não possuindo garantia atrelada aos seus saldos. As aplicações possuem rentabilidade de 20% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

7. Fundo de capitalização das concessionárias

Referente aos recursos aportados no fundo de capitalização das concessionárias Mercedes-Benz, o qual tem como finalidade garantir a segurança e a liquidez das operações de crédito realizadas pela montadora aos concessionários.

O referido fundo é constituído por contribuições da Empresa, em função da comercialização de veículos novos, componentes e parcela da montadora. Os valores aplicados nesse fundo possuem movimentação e resgates mensais de acordo com as regras estabelecidas no contrato celebrado com a montadora, possuindo liquidez e saldo contábil compatível com o valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo do fundo para capitalização de concessionárias, em nome da Empresa, estava representado pelas seguintes aplicações financeiras:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Fundo de capitalização de Concessionárias	83.908	81.791	83.908	81.791
	83.908	81.791	83.908	81.791

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Veículos, peças e acessórios e serviços	227.441	208.337	235.539	216.467
Locação de veículos	-	(7)	-	(7)
Cheques a receber	39	76	163	121
Cartões de crédito	2.527	2.466	3.717	3.479
Incentivos de venda, garantias e outros (i)	19.922	19.890	20.658	19.890
	<u>249.929</u>	<u>230.762</u>	<u>260.077</u>	<u>239.950</u>

- (i) Referem-se aos incentivos de vendas, garantias e outras contas a receber da montadora.

A abertura do saldo de conta a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	226.342	199.896	235.875	207.925
Vencidos até 30 dias	14.287	25.002	14.667	25.942
Vencidos de 31 a 90 dias	3.693	4.176	3.768	4.260
Vencidos de 91 a 180 dias	2.185	1.177	2.230	1.221
Vencidos de 181 a 365 dias	1.898	387	1.992	458
Vencidos + de 365 dias	1.524	124	1.545	144
	<u>23.587</u>	<u>30.866</u>	<u>24.201</u>	<u>32.025</u>
	<u>249.929</u>	<u>230.762</u>	<u>260.077</u>	<u>239.950</u>

Baixas de duplicatas consideradas como perdas já constituídas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Baixas	467	427	577	632
(-) Perdas Recuperáveis	(198)	(205)	(230)	(246)
	<u>269</u>	<u>222</u>	<u>347</u>	<u>386</u>

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Os valores de perdas apurados são imateriais, assim não constitui perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Estoques

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Veículos novos	103.373	172.526	103.373	172.526
Veículos usados	10.063	5.516	10.063	5.516
Peças e acessórios	36.769	42.177	44.182	50.485
	150.205	220.219	157.618	228.527

No exercício de 2025, houve redução no estoque de veículos, especialmente de veículos novos, em função do atendimento à demanda específica de vendas diretas, como parte da estratégia comercial adotada no período. Adicionalmente, a Companhia priorizou a comercialização de veículos usados e de peças e acessórios, sendo que, no caso das peças, o volume de vendas superou as recompras realizadas ao longo do exercício, resultando na redução do saldo final de estoques.

10. Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2.025	2.024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	74.414	71.618	74.426	71.632
Imposto de renda (IRRF e IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	4.629	8.059	4.766	8.138
Outros	1.050	723	1.082	723
Total	80.093	80.400	80.274	80.493

11. Adiantamento a Fornecedores e Créditos diversos e outros

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	10.291	2.718	10.300	2.721
Crédito diversos e outros (*)	1.925	2.791	2.060	2.916
	12.216	5.509	12.360	5.637
Circulante	12.216	4.834	12.360	4.900
Não circulante	-	675	-	737

(*) Adiantamento a funcionário, impostos diversos a compensar, consórcios de veículos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Transações com partes relacionadas

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2.025	2.024	2.025	2.024
Contas a Receber				
VD Comércio de Veículos (i)	1.796	831	1.796	831
VD Pneus Ltda (i)	1	-	1	-
AB Comércio de Veículos Ltda (i)	1	-	1	-
Savana Pneus Ltda (i)	190	25	-	-
VIX Logística S.A (i)	8	14	8	14
Viação Águia Branca S.A. (i)	2	-	2	-
Kurumá Veículos S.A (i)	21	-	21	-
Vitória Motors Ltda (i)	1	-	1	-
VM Comercio De Automoveis Ltda (i)	1	-	1	-
EV Comercio de Veiculos LTDA (i)	1	-	1	-
Total de Contas a Receber	2.022	870	1.832	845
Contas a Pagar				
VD Comércio de Veículos (iii)	1.796	3.525	1.796	3.525
Savana Pneus Ltda (iii)	190	275	-	-
Autoport Transportes e Logística Ltda (iii)	497	587	497	586
Viacao Aguia Branca S.A (iii)	1	-	1	-
EV Comercio de Veiculos LTDA (iii)	-	5	-	5
Total de Contas a Pagar	2.484	4.392	2.294	4.116
Receita de Vendas				
VIX Logística S.A. (i)	40	71	40	71
Viação Águia Branca S.A. (i)	36	9	36	9
Autoport Transportes e Logística Ltda (i)	687	6	687	6
Vix Transportes Dedicados Ltda (i)	-	8	-	8
Savana Comercio de Veículos Ltda (i)	7.391	-	-	-
Savana Pneus Ltda (i)	400	292	-	-
VD Pneus Ltda (i)	-	-	-	-
VD Comércio de Veículos (i)	1.875	5.768	1.875	5.768
Servicarga Transportes e Serviços LTDA (i)	118	39	118	39
EV Comercio de Veiculos LTDA (i)	27	-	27	-
Total de Receita de Vendas	10.574	6.193	2.783	5.901

- (i) Venda de veículos, peças e serviços para manutenção da frota da Companhia ligada indireta, em condições de mercado;
- (ii) Obrigações financeiras assumidas pela companhia junto às partes relacionadas, decorrentes de operações usuais, como fornecimento de bens, serviços ou adiantamentos recebidos;
- (iii) As operações de prestação de serviços e vendas entre as empresas são realizadas com base em condições, preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Diretoria como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Investimentos

13.1. Composição do saldo

	% Participação	Patrimônio líquido em 2025	Patrimônio líquido em 2024
Savana Pneus Ltda.	100%	19.099	17.021
Investimento total		19.099	17.021

13.2. Informações adicionais sobre as Empresas investidas

Controlada	Ativo total em 2025	Passivo Circulante	Receita Bruta	Resultado do Exercício
Savana Pneus Ltda.	22.653	3.554	56.780	2.079

13.3. Movimentação dos investimentos

	SAVANA PNEUS
Saldo final em 2023	15.678
(+) Aumento de Capital	-
(+/-) Equivalência patrimonial	1.344
(-) Distribuição de Lucros	-
(+/-) Outros resultados abrangentes	-
Saldo final em 2024	17.022
(+) Aumento de Capital	-
(+/-) Equivalência patrimonial	2.077
(-) Distribuição de Lucros	-
(+/-) Outros resultados abrangentes	-
Saldo final em 2025	19.099

13.4. Savana Pneus Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em junho de 2017, sendo seu objetivo principal a comercialização de Pneus Michelin Novos e também oferecem o serviço de Recapagem, na cidade, São José dos Pinhás no Estado do Paraná.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado líquido

Representado por:

Descrição	%Taxa de depreciação/ amortização	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Liquido		Liquido	
		2025	2024	2025	2024
Benfeitoria em propriedade de terceiros	10	3.442	4.224	3.701	4.723
Veículos	20	3.976	4.655	4.337	5.050
Veículos Godrive	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10	3.383	2.110	4.103	3.110
Computadores e periféricos	20	390	474	413	507
Instalações	10	199	243	201	245
Móveis e utensílios	10	607	740	640	779
Aeronave	10	-	-	-	-
Total		11.997	12.446	13.395	14.414

14.1. Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício de 2025 e 2024 encontra-se demonstrada a seguir:

14.1.1. Controladora

Custo					
Descrição	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	Saldo Final 31/12/2025
Benfeitoria em propriedade de terceiros	13.373	1.059	-	-	14.432
Veículos	5.086	4.889	(5.443)	-	4.532
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	3.681	1.803	(28)	-	5.456
Computadores e periféricos	1.395	134	(9)	-	1.520
Instalações	424	-	-	-	424
Móveis e utensílios	1.438	17	(5)	-	1.450
Aeronave	-	-	-	-	-
Investimento subvenção	-	-	-	-	-
Total do custo	25.397	7.902	(5.485)	-	27.814

Depreciação					
Descrição	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	Saldo Final 31/12/2025
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(9.148)	(1.841)	1	-	(10.988)
Veículos	(430)	(127)	-	-	(557)
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	(1.572)	(503)	1	-	(2.074)
Computadores e periféricos	(922)	(211)	3	-	(1.130)
Instalações	(181)	(44)	-	-	(225)
Móveis e utensílios	(698)	(145)	-	-	(843)
Aeronave	-	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(12.951)	(2.871)	5	-	(15.817)
Total do imobilizado líquido	12.446	5.031	(5.480)	-	11.997

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Custo					
Descrição	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Saldo Final 31/12/2024
Benfeitoria em propriedade de terceiros	12.334	449	-	590	13.373
Veículos	7.732	1.645	(4.291)	-	5.086
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	3.145	634	(98)	-	3.681
Computadores e periféricos	1.395	167	(167)	-	1.395
Instalações	388	36	-	-	424
Móveis e utensílios	1.390	72	(24)	-	1.438
Aeronave	-	-	-	-	-
Investimento subvenção	590	-	-	(590)	-
Total do custo	26.974	3.003	(4.580)	-	25.397

Depreciação					
Descrição	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferência	Saldo Final 31/12/2024
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(7.449)	(1.699)	-	-	(9.148)
Veículos	(419)	(11)	-	-	(430)
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	(1.240)	(338)	6	-	(1.572)
Computadores e periféricos	(782)	(214)	74	-	(922)
Instalações	(138)	(43)	-	-	(181)
Móveis e utensílios	(562)	(141)	5	-	(698)
Aeronave	-	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(10.590)	(2.446)	85	-	(12.951)
Total do imobilizado líquido	16.384	557	(4.495)	-	12.446

14.1.2. Consolidado

Custo					
Descrição	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	Saldo Final 31/12/2025
Benfeitoria em propriedade de terceiros	14.071	1.059	-	-	15.130
Veículos	5.621	4.889	(5.443)	-	5.067
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	6.549	1.816	(61)	-	8.304
Computadores e periféricos	1.467	134	(9)	-	1.592
Instalações	427	-	-	-	427
Móveis e utensílios	1.518	19	(5)	-	1.532
Aeronave	-	-	-	-	-
Investimento subvenção	-	-	-	-	-
Total do custo	29.653	7.917	(5.518)	-	32.052

Depreciação					
Descrição	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência	Saldo Final 31/12/2025
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(9.347)	(2.080)	1	-	(11.426)
Veículos	(571)	(161)	-	-	(732)
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	(3.442)	(790)	28	-	(4.204)
Computadores e periféricos	(959)	(221)	3	-	(1.177)
Instalações	(181)	(44)	-	-	(225)
Móveis e utensílios	(739)	(154)	-	-	(893)
Aeronave	-	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(15.239)	(3.450)	32	-	(18.657)
Total do imobilizado líquido	14.414	4.467	(5.486)	-	13.395

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Descrição	Custo				Saldo Final 31/12/2024
	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferencia	
Benfeitoria em propriedade de terceiros	13.089	449	(57)	590	14.071
Veículos	8.267	1.645	(4.291)	-	5.621
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	5.999	649	(99)	-	6.549
Computadores e periféricos	1.467	167	(167)	-	1.467
Instalações	391	36	-	-	427
Móveis e utensílios	1.458	84	(24)	-	1.518
Aeronave	-	-	-	-	-
Investimento subvenção	590	-	-	(590)	-
Total do custo	31.261	3.030	(4.638)	-	29.653

Descrição	Depreciação				Saldo Final 31/12/2024
	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Transferencia	
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(7.449)	(1.898)	-	-	(9.347)
Veículos	(560)	(11)	-	-	(571)
Máquinas e equipamentos / Ferramentas	(2.824)	(624)	6	-	(3.442)
Computadores e periféricos	(808)	(225)	74	-	(959)
Instalações	(138)	(43)	-	-	(181)
Móveis e utensílios	(596)	(148)	5	-	(739)
Aeronave	-	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(12.375)	(2.949)	85	-	(15.239)
Total do imobilizado líquido	18.887	81	(4.553)	-	14.414

14.1.3. Revisão da vida útil

A Empresa avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

15. Intangível líquido

Representado por:

	% - Taxa anual de amortização	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2025	2024	2025	2024
Direito de uso de software	20	959	961	975	977
Direito de Concessão	-	36.406	36.406	36.406	36.406
		37.365	37.367	37.381	37.383
Amortizações acumuladas		(33.398)	(25.948)	(33.413)	(25.962)
		3.967	11.419	3.968	11.421

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15.1. Resumo de movimentação

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	11.419	18.844	11.421	18.844
(+) Aquisições	-	-	1	2
(-) Baixas	-	-	-	-
(-) Amortização	(7.452)	(7.425)	(7.454)	(7.425)
Saldo final	3.967	11.419	3.968	11.421

15.2. Direito de Concessão

Em 01 de julho de 2021, por meio de instrumento particular de venda foi adquirido o direito de concessão Vans Center no valor de R\$ 36.405, referente a marca Mercedes-Benz, associada as filiais localizadas em Curitiba. A amortização teve início em março de 2022, com previsão de término em junho de 2026, conforme contrato.

15.3. Revisão da vida útil

A Empresa avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

16. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2024	2024
Capital de giro	25.423	76.770	25.423	76.770
Notas Comerciais	50.709	50.578	50.709	50.578
Operações de moeda estrangeira	45.471	40.621	45.471	40.621
Encargos Financeiros	-	(273)	-	(273)
Provisão a valor Justo	-	7.162	-	7.162
	121.603	174.858	121.603	174.858

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	101.603	53.853	101.603	53.853
Não circulante	20.000	121.005	20.000	121.005
Total de Empréstimos e Financiamentos	121.603	174.858	121.603	174.858

16.1. Capital de giro

O empréstimo de capital de giro é corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou TR (Taxa Referencial), acrescido da seguinte taxa de juros:

Capital Giro - Consolidado							
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Encargos Financeiros CP	Provisão a valor Justo CP	Circulante	Saldo Devedor	Não Circulante
30.000	CDI + 2,30% a.a	5.233	- 94	260	5.399	-	-
40.000	CDI + 1,92% a.a	24			24	20.000	20.000
70.000		5.257	(94)	260	5.423	20.000	20.000

16.2. Operações de moeda estrangeira

Operações de moeda estrangeira - Consolidado				
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Circulante	Não Circulante
20.000	CDI + 1,90% a.a	22.499	22.499	-
20.000	CDI + 2,30% a.a	22.972	22.972	-
40.000		45.471	45.471	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

16.3. Notas Comerciais

- (i) A Companhia realizou em novembro de 2023, a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, na modalidade de aval. No valor total de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) com distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.

Notas Comerciais

Características

As principais características da 1ª emissão de notas comerciais escriturais:

Classificação da emissão	Notas Comerciais Escriturais
Data da emissão	28 de novembro de 2023
Data final da liquidação	28 de novembro de 2026
Quantidade	50.000 (cinquenta mil)
Valor total da emissão	R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)
Espécie	N/A
Forma	Rito de Registro Automático de Distribuição
Remuneração mensal	mensal 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de um percentual (spread) de 2,26% (dois inteiros e vinte e seis por cento) ao ano
Pagamento da remuneração mensal	Os pagamentos a que fazem jus as Notas Comerciais serão efetuadas pela Companhia (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 Remuneração das Notas Comerciais, será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 28 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano
Pagamento do principal	prazo de vencimento de 36 (trinta) meses, com carência de 30 (trinta meses) contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de maio de 2026 e 28 de novembro de 2026.
Garantias	Fidejussória
Obrigações adicionais - índices financeiros (Testados todo final de ano): Companhia Controladora (balanço consolidado):	Companhia Controladora (balanço consolidado) observância pela Fiadora, em cada período de apuração, o qual será anual, do limite de 3,5x para a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA calculado pela Fiadora e acompanhado pelo Agente Fiduciário com base nas informações publicadas nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas consolidadas da Fiadora, a partir da publicação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Captação	Notas Comerciais - Consolidado			
	% - Juros anuais	Saldo	Circulante	Não Circulante
50.000	CDI + 2,26% a.a	50.709	50.709	-
50.000		50.709	50.709	-

16.4. Garantias

As linhas de empréstimos possuem como garantia notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

16.5. Composição da parcela de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

CONTROLADORA					
31/12/2025					
	Capital de giro	Notas Comerciais	Leasing	Operações de moeda estrangeira	Total
2027	20.000	-	-	-	20.000
2028 +	-	-	-	-	-
	20.000	-	-	-	20.000
CONSOLIDADO					
31/12/2025					
	Capital de giro	Notas Comerciais	Leasing	Operações de moeda estrangeira	Total
2027	20.000	-	-	-	20.000
2028+	-	-	-	-	-
	20.000	-	-	-	20.000

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

16.6. Movimentação dos empréstimos

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>162.842</u>
Captações	80.000
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	1.992
Provisão de juros	13.759
Amortizações	(71.621)
Pagamento de juros	(19.148)
Encargos financeiros	(273)
Provisão a valor justo	7.307
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>174.858</u>
Captações	-
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	2.048
Provisão de juros	16.576
Amortizações	(50.000)
Pagamento de juros	(16.835)
Encargos financeiros	495
Provisão a valor justo	(5.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>121.603</u>

17. Direito de Uso de Ativos - Arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Empresa aplicou a CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores.

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Empresa de 17,42%, e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para o aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme o pagamento efetivo do arrendamento.

A Empresa aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

a) Ativo de direito de uso

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2.025	2.024	2.025	2.024
	Imóveis	Imóveis	Imóveis	Imóveis
Saldo Inicial	18.069	5.043	18.280	7.105
Aquisições	2.755	18.087	2.765	18.181
Amortização	(2.817)	(115)	(2.923)	(193)
Baixas	-	(4.946)	-	(6.813)
Saldo Final	18.007	18.069	18.122	18.280

b) Passivos de arrendamento

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2.025	2.024	2.025	2.024
Saldo Inicial	18.782	5.464	19.021	7.565
Adições de novos contratos	5.150	23.206	5.292	25.350
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(4.515)	(9.888)	(4.756)	(13.896)
Saldo Final	19.417	18.782	19.557	19.019
Circulante	2.213	1.990	2.352	2.094
Não circulante	17.204	16.792	17.205	16.925

c) Resultado de arrendamento

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2.025	2.024	2.025	2.024
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou prazo inferior a 12 meses)	(5.235)	(4.935)	(5.271)	(4.966)
Amortização do arrendamento de aluguel - Nota 24	(2.572)	(2.483)	(2.672)	(2.601)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) - Nota 25	(2.066)	(1.312)	(2.093)	(1.372)
Crédito de PIS e COFINS diferido	(351)	(311)	(358)	(324)

18. Fornecedores

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Mercedes Benz - Veículos Novos	233.761	291.486	233.761	291.486
Mercedes Benz - Veículos Usados	28.977	945	28.977	945
Mercedes Benz - Peças e Acessórios	234	2	234	2
Fonecedores Diversos	18.167	9.276	20.126	11.865
Encargos e Devoluções	(1.760)	(150)	(1.760)	(150)
	279.379	301.559	281.338	304.148

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

19. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações trabalhistas e previdenciárias				
Previdenciárias - FGTS/INSS	2.963	3.883	3.158	4.068
Provisão - Férias e encargos	5.754	5.811	6.163	6.194
	8.717	9.694	9.321	10.262
Obrigações tributárias				
Federais - PIS/COFINS/IRPJ/CSL	1.670	1.711	1.900	1.839
Estaduais - ICMS a recolher	892	3.751	922	3.751
Municipais - ISS a recolher	165	117	183	135
Retenção de impostos - terceiros (IRRF/INSS/PIS,COF,CSLL/ISS	96	107	98	109
Parcelamento de tributos	-	-	-	-
	2.823	5.686	3.103	5.834
Total	11.540	15.380	12.424	16.096

20. Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Refere-se a operação de venda de veículos, ocasionando o pagamento antecipado realizados pelo consumidor final.

Conta a pagar referentes ao funcionamento das operações do negócio.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADA	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes	21.118	31.025	21.444	31.697
Contas a pagar diversas	980	567	998	590
	22.098	31.592	22.442	32.287

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

21. Provisão para demandas judiciais

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa constituiu uma provisão nas demonstrações contábeis correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável como abaixo resumido:

Prováveis	Controladora			Possíveis	Controladora		
	Trabalhista	Cíveis	Total		Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2024	284	73	357	Saldo em 01/01/2024	320	3.310	3.630
Complemento provisão	-	265	265	Complemento provisão	124	4.650	4.774
Reversão de provisão	(76)	-	(76)	Reversão de provisão	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	208	338	546	Saldo em 31/12/2024	444	7.960	8.404
Complemento provisão	-	-	-	Complemento provisão	-	-	-
Reversão de provisão	(72)	(276)	(347)	Reversão de provisão	303	(5.811)	(5.508)
Saldo em 31/12/2025	136	62	199	Saldo em 31/12/2025	747	2.149	2.896

Prováveis	Consolidado			Possíveis	Consolidado		
	Trabalhista	Cíveis	Total		Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2024	291	73	364	Saldo em 01/01/2024	571	3.310	3.881
Complemento provisão	90	265	355	Complemento provisão	364	5.870	6.234
Reversão de provisão	(75)	-	(75)	Reversão de provisão	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	306	338	644	Saldo em 31/12/2024	935	9.180	10.115
Complemento provisão	-	-	-	Complemento provisão	-	-	-
Reversão de provisão	(170)	(276)	(445)	Reversão de provisão	518	(7.031)	(6.513)
Saldo em 31/12/2025	136	62	199	Saldo em 31/12/2025	1.453	2.149	3.602

20.1. Depósitos judiciais

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão dos processos em andamento, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos judiciais	158	198	158	198
Bloqueio judiciais	-	-	-	-
	158	198	158	198

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 28.040 (R\$ 28.040 em 2024), subscrito e integralizado, representado por 28.040 quotas (28.040 quotas em 2024), no valor nominal de R\$1,00 cada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

22.2. Reserva de Lucro

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa manteve o saldo de R\$ 27.373 (R\$ 27.373 em 31 de dezembro de 2024), classificado na conta Reserva de Lucro.

22.3. Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa manteve a reserva de subvenções para incentivos fiscais com saldo de R\$ 17.592 (R\$17.592 em 31 de dezembro de 2024), classificado na conta Reserva de incentivos fiscais.

22.4. Reserva Especial

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa gerou um lucro de R\$32.323 (36.929 em dezembro de 2024), sendo R\$ 9.545 distribuição de Lucros (15.753 em dezembro de 2024) constituindo assim um saldo de R\$ 170.992 (148.214 em dezembro de 2024), classificado na conta de Reserva Especial.

23. Receita operacional líquida

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2.025	2.024	2025	2024
Veículos novos	1.735.171	1.730.026	1.731.101	1.725.905
Veículos usados	50.481	5.046	50.481	5.046
Peças, pneus e acessórios	222.771	201.608	276.018	240.852
Outros serviços (comissões, locações e outros)	41.261	37.315	47.826	48.126
Receita operacional	2.049.684	1.973.995	2.105.426	2.019.929
Impostos e outras deduções	(257.548)	(244.622)	(260.582)	(246.544)
Receita operacional líquida	1.792.136	1.729.373	1.844.844	1.773.385

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

24. Custo dos veículos vendidos e serviços prestados

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Custo de veículos novos	(1.377.083)	(1.372.622)	(1.373.013)	(1.368.503)
Custo de veículos usados	(52.887)	(5.195)	(52.887)	(5.195)
Custo na venda de peças e acessórios	(151.303)	(133.948)	(196.245)	(173.261)
Custo dos serviços prestados e outros	(21.673)	(21.213)	(25.649)	(26.115)
	(1.602.946)	(1.532.978)	(1.647.794)	(1.573.074)

25. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Representado por:

	CONTROLADORA		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	(55.370)	(55.821)	(59.088)	(59.061)
Depreciações e amortizações	(2.590)	(2.319)	(2.892)	(2.547)
Amortização do ativo de direito de uso - Nota 15	(2.572)	(2.483)	(2.672)	(2.601)
Serviços prestados por terceiros	(8.005)	(8.526)	(8.109)	(8.649)
Honorários dos administradores	(1.720)	(1.434)	(1.720)	(1.434)
Aluguéis	(5.235)	(4.935)	(5.271)	(4.966)
Despesas diversas de propaganda	(1.779)	(2.129)	(1.818)	(2.262)
Despesas com Vendas	(42.509)	(35.563)	(42.601)	(35.585)
Despesas com telefonia, energia elétrica e água	(1.481)	(1.015)	(1.498)	(1.035)
Despesas com viagens e estadias	-	-	(318)	(343)
Outros custos e despesas	(6.767)	(7.851)	(7.040)	(8.167)
	(128.028)	(122.076)	(133.027)	(126.652)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

26. Outras Receitas e Outras Despesas

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Outras Receitas				
Receita venda imobilizado	6.168	4.964	6.177	4.964
Outras receitas diversas	2.620	3.210	2.697	6.544
	8.788	8.174	8.874	11.508
Outras despesas				
Custo venda imobilizado	(6.231)	(4.769)	(6.236)	(4.770)
Tributos sobre outras receitas	(8.327)	(8.342)	(8.345)	(8.632)
Outras despesas	228	(1.923)	324	(2.017)
	(14.330)	(15.034)	(14.257)	(15.419)
	(5.542)	(6.860)	(5.383)	(3.911)

27. Resultado Financeiro, líquido

Representado por:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros passivos	(28.568)	(29.619)	(28.569)	(29.621)
Despesas bancárias	(11.753)	(875)	(11.943)	(1.048)
Juros sobre arrendamentos - Nota 15	(2.066)	(1.312)	(2.093)	(1.372)
Descontos concedidos	(5.000)	(1.401)	(5.030)	(1.433)
Perdas Financeiras	(467)	(427)	(576)	(632)
Outras despesas financeiras	(366)	(409)	(366)	(409)
	(48.220)	(34.043)	(48.577)	(34.515)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	17.870	16.998	18.055	17.113
Descontos Obtidos	51	71	76	78
Outras receitas financeiras	19.577	3.543	19.709	3.664
	37.498	20.612	37.840	20.855
Resultado financeiro líquido	(10.722)	(13.431)	(10.737)	(13.660)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2.025	2.024	2025	2024
Lucro antes das provisões tributárias	46.975	55.372	49.982	56.088
	-	-	-	-
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	15.972	18.826	16.993	19.526
	-	-	-	-
Efeito de adições	-	-	-	-
(+) Adições permanentes	1.837	2.180	1.894	2.277
(+) Adições temporárias	-	-	-	-
	-	-	-	-
Efeito de exclusões	-	-	-	-
(+) Exclusões permanentes	(1.604)	(1.390)	(1.684)	(1.428)
(+) Exclusões temporárias	-	-	-	-
	-	-	-	-
(+/-) Prejuízo fiscal	-	-	-	-
(+/-) Equivalência patrimonial	(706)	(457)	(706)	(457)
(-/+) Constituição de provisão para contingência	-	-	-	-
(-/+) Outros	(24)	(24)	(48)	(48)
(-) Incentivos fiscais	(823)	(692)	(869)	(711)
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes	14.652	18.443	15.580	19.159

29. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Diretoria para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Empresa.

30. Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem-estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a Empresa oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

31. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2025, foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores o montante de R\$ 1.720 (R\$ 1.434 em 2024).

32. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes até a data de publicação destas demonstrações financeiras.